MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Portaria n.º 2:248

Sendo necessário regulamentar os artigos 4.º e 6.º do decreto n.º 6:144, de 1 de Outubro de 1919, sobre a exportação de lã churra:

Manda o Governo da República Portuguesa que se observe o seguinte:

Artigo 1.º Os honorários dos técnicos nomeados para assistir ao enfardamento, ensacamento e selagem da lã churra, e passarem os respectivos certificados, são fixados nas seguintes importâncias:

- a) Por cada 100 quilogramas de lã churra lavada, \$30;
- b) Por cada 100 quilogramas de lã churra suja, \$25.

Art. 2.º O pessoal auxiliar para proceder às operações de enfardamento e ensacamento será contratado e pago pela casa exportadora.

Art. 3.º O pessoal requisitado à Alfandega para a selagem dos fardos ou sacos será pago pela casa exportadora à razão de \$05 por cada volume, além das despesas de transporte.

Art. 4.º O certificado a que se refere o § único do artigo 4.º do decreto n.º 6:144, para ser valido perante a estação aduaneira por onde se fizer a exportação, deverá ter a assinatura do técnico reconhecida por um notário da localidade.

Art. 5.º Estas disposições aplicam-se também aos pagamentos dos peritos e mais pessoal, por serviços já prestados para a exportação das lãs cuja autorização foi concedida em virtude das disposições do decreto n.º 6:144.

Paços do Governo da República, 19 de Abril de 1920.—*Francisco de Pina Esteves Lopes — Anibal Lúcio de Azevedo.*

Aviso

Para os devidos efeitos se publica que S. Ex.ª o Ministro do Comércio e Comunicações, por despacho desta data, autorizou a exportação, sem compensação económica, da lã churra da colheita de 1918, nas quantidades que já tinham sido autorizadas a exportar, ou das que faltarem para completar essa autorização, aos detentores que não puderam exportar até a presente data.

Os interessados devem apresentar os seus pedidos de prorrogação na Repartição do Comércio Externo.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, 17 de Abril de 1920.—O Director Geral, *Emídio de Oliveira Simões.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 6:559

Considerando que os §§ 1.º e 2.º do artigo 79.º do decreto n.º 5:572 criaram na Direcção Geral do Fomento do Ministério das Colónias os lugares de arquivista, adjunto e encarregados de expediente, com deveres e direitos iguais aos dos funcionários da Secretaria

Geral e Direcção Geral da Administração Civil do mesmo Ministério, exceptuando os direitos de promoção;

Considerando que, em idênticas circunstâncias, se encontra o despachante do Ministério das Colónias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º da lei de 22 de Setembro de 1919, que alterou a Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar que ao referido despachante seja aplicada a doutrina dos §§ 1.º e 2.º do artigo 79.º do decreto n.º 5:572, de 10 de Maio de 1919, que reorganizou os serviços da Secretaria deste Ministério.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e o faça executar. Paços do Governo da República, 19 de Abril de 1920.—*ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Fernando Pais Teles de Utra Machado.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Portaria n.º 2:249

Informando a comissão de construção do edificio para o Liceu Central Feminino de Lisboa, em officio dirigido à 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 15 do corrente, que não foi celebrado o contrato de que trata a portaria n.º 1:717, de 20 de Março de 1919, publicada no *Diário do Governo* n.º 63, 1.ª série, de 27 do mesmo mês, em virtude do Conselho de Ministros haver negado a sua aprovação à respectiva minuta; não podendo, assim, a mesma comissão receber o subsídio de 14.500\$ autorizado por aquele diploma, cuja importância deveria ser aplicada nas referidas obras segundo as cláusulas nele mencionadas, as quais tinham de ser transcritas no aludido contrato: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, anular a citada portaria n.º 1:717, de 20 de Março de 1919.

Paços do Governo da República, 19 de Abril de 1920.—O Ministro do Trabalho, *Bartolomeu de Sousa Severino.*

Portaria n.º 2:250

Atendendo ao que me representou a Câmara Municipal do concelho da Lousã, pedindo autorização para que o subsídio de 3.000\$, que lhe foi concedido pela portaria n.º 1:825, de 2 de Junho de 1919, seja aplicado no acabamento da construção da estrada de serviço que parte daquela vila para a povoação de Penedo;

Considerando que a referida autorização representa um beneficio para a localidade;

Considerando que não é possível aplicar aquele subsídio ao fim a que se destinava:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, conceder a autorização solicitada, tendo, porém, a aludida Câmara de enviar mensalmente à 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública os documentos comprovativos da aplicação da mencionada quantia de 3.000\$.

Paços do Governo da República, 19 de Abril de 1920.—O Ministro do Trabalho, *Bartolomeu de Sousa Severino.*